

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/XVI/1ª

### PELO REFORÇO SALARIAL DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR

Os serviços públicos são condição de igualdade e de democracia e não podem estar sujeitos aos ímpetus do mercado. Há dois défices nos serviços públicos que é imperioso enfrentar: a falta de profissionais qualificados e a falta de investimento para melhorar a sua capacidade de resposta aos cidadãos.

É necessário contratar mais profissionais para as várias áreas da Administração Pública. Não há serviços públicos sem trabalhadores e sem trabalhadoras. Para o conseguir fazer, é preciso garantir condições de salário e de carreira que sejam capazes de fixar estes trabalhadores estas trabalhadoras.

A ausência de políticas salariais justas na Administração Pública tem também um reflexo direto na organização das carreiras. A criação da tabela remuneratória única, a fusão de várias carreiras, a aplicação de uma avaliação que institui um sistema de quotas para limitar a progressão na carreira têm como consequência o afastamento de profissionais qualificados e a manutenção de desigualdades - um assistente operacional pode ter décadas de serviço e ganhar o mesmo que um recém-contratado. Esta desvalorização das carreiras da Função Pública, agravada pelo desaparecimento de várias carreiras especiais, é um dos fatores de desmotivação e de dificuldade de atração dos melhores profissionais para o serviço público.

O Governo do Partido Socialista que agora termina respondeu a esta incapacidade de renovação dos serviços públicos através do recurso à contratação com vínculo precário. Entre 2019 e 2023, registou-se um aumento da quota de emprego precário no total do emprego público e do número total de contratos a termo na Administração Pública.

Por outro lado, as atualizações remuneratórias dos trabalhadores e das trabalhadoras da Administração Pública são um exemplo da perda de rendimentos. Considerando o impacto da inflação para aferir a evolução do poder de compra, o salário dos trabalhadores e das trabalhadoras do Estado registou, na generalidade das categorias, uma queda real - a remuneração base média mensal na Administração Pública caiu 0,7% entre outubro de 2015 e abril de 2023.

À exceção dos rendimentos mais baixos, como os dos assistentes operacionais e dos assistentes técnicos em início de carreira, em que aumentos compensaram a inflação registada em 2021, para muitos funcionários públicos, tanto da carreira geral, como das carreiras especiais, a perda de poder compra pode chegar aos 7,8%. Mantém-se uma tendência de décadas de empobrecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras da Administração Pública, seja porque os aumentos não são reais, seja porque os entraves criados na progressão na carreira são intransponíveis.

O Estado não pode continuar a ser promotor de uma desvalorização salarial resultante de uma estagnação do salário nominal, com exceção dos salários absorvidos pelas atualizações do salário mínimo. O estímulo do outsourcing em áreas crescentes, com a respetiva lógica de compressão salarial e de precarização laboral, agrava a compressão do poder de compra no perímetro do Estado.

A Administração Pública não pode ser sinónimo, nem de empobrecimento, nem de precariedade. Para cumprir direitos fundamentais como a proteção social, a saúde e a educação são necessários serviços públicos de qualidade com trabalhadores valorizados e qualificados.

Com a presente iniciativa, o Bloco de Esquerda pretende o reforço salarial da carreira geral de técnico superior na posição de entrada através de um aumento de 500 euros, com um reajustamento nos níveis seguintes.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Inicie um processo negocial com os sindicatos e estruturas representativas dos trabalhadores da Administração Pública, com vista a um reforço salarial da carreira geral de técnico superior na posição de entrada através de um aumento de 500 euros, com um reajustamento nos níveis seguintes.

Assembleia da República, 26 de março de 2024.  
As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

José Soeiro; Fabian Figueiredo; Mariana Mortágua;  
Marisa Matias; Joana Mortágua